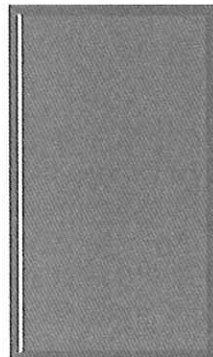


Manuel A. M. Payés (*)

As refeições das famílias sorocabanas

(*) Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP. Coordenador do Núcleo de Pesquisas do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade de Sorocaba - UNISO e professor do Curso de Economia da mesma universidade. Participaram da pesquisa os alunos estagiários Thiago Pissinato Querido, do Curso de Geografia (3º período) e Emília Suzana Valerio, do Curso de Análise de Sistemas (3º período).



RESUMO

A julgar pelos dados divulgados pelas associações de fabricantes ANFAVEA e ELETROS, a partir de 1997 e, sobretudo, em 1998, o brasileiro passou a comprar menos bens de consumo duráveis. Pelo menos é isso o que demonstra a redução de vendas de automóveis, refrigeradores, televisores e videocassetes. E, quanto ao consumo de bens básicos, teria o sorocabano reduzido a compra de alimentos? O presente artigo procura responder a essa questão.

ABSTRACT

Judging by the data divulged by the manufacturing associations ANFAVEA and ELETROS, since 1997 and above all in 1998, Brazilians have started to purchases less durable goods. At least this is what has been demonstrated by the reduction in sales of automobiles, refrigerators, televisions and VCRs. And what about the consumption of basic necessities, have the residents of Sorocaba reduced the purchase of foodstuffs? This article seeks to answer this question.

Introdução

A ANFAVEA e a ELETROS divulgaram dados, acusando que, a partir de 1997 e, especialmente, em 1998, o brasileiro passou a comprar menos bens de consumo duráveis. E, com relação à compra de alimentos? O Núcleo de Pesquisas do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade de Sorocaba, em convênio com o PROCON/Sorocaba, com base numa amostra de chefes familiares (com renda mensal de até 10 salários mínimos, sendo 50% com renda de até 3 salários mínimos, 30% com renda entre 3,01 e 5 salários e 20% restante com renda entre 5,01 e 10 salários), recolheu dados que pudessem explicar a evolução de fartura e qualidade das refeições das famílias sorocabanas entre 1995 e 1999.

A renda

De início, convém lembrar duas relações explicitadas pela teoria econômica. Em primeiro lugar, a dependência do gasto de consumo em relação às variações de renda real familiar. Aguarda-se que, ao se elevar a renda real familiar, cresça também o montante do gasto de consumo e vice-versa. Aqui, a renda pertinente é a renda corrente, isto é, as famílias consomem baseadas na renda que recebem hoje. Trata-se de uma útil simplificação e que, em condições de relativa normalidade do quadro macroeconômico, é aceita por boa parte dos economistas¹. Além disso, trata-se de uma simplificação mais nítida para assalariados com estoque patrimonial inexistente ou insignificante. Isso porque famílias com estoque de riqueza, aplicado sob a forma de um ou mais ativos, podem conseguir ganhos de capital e outras rendas que também afetam as decisões de consumo. Não parece ser este o caso dos chefes familiares da nossa amostra, cuja renda mensal é de até 10 salários mínimos.

A segunda relação explicitada pela teoria econômica é a seguinte: espera-se que, ao se elevar a renda real, as famílias substituam o consumo de bens denominados “inferiores” (que geralmente são mais baratos), e os substituam por outros, chamados “normais” ou “superiores” (que geral-

1. Há, também, uma outra corrente de economistas que defende a relação do consumo com a renda permanente.

mente são mais caros) e vice-versa. Trata-se, aqui, de uma mudança qualitativa do consumo, do ponto sócio-econômico.

Elevando-se a renda, devemos esperar que as famílias aumentem o montante do gasto de consumo e passem a melhorar a qualidade desse gasto. A constatação empírica, entretanto, enfrenta diversas dificuldades, notadamente a ausência de dados. Assim, embora disponhamos de dados referentes ao consumo de bens básicos, não existem informações sobre a renda do sorocabano. Admitiremos, face a essa restrição, que a renda do sorocabano se comportou semelhantemente à renda média real do brasileiro ocupado, que é mensurada pelo IBGE. Cabe notar, por outro lado, que não existem evidências no sentido de que a renda do sorocabano tenha evoluído de forma diferente à do brasileiro.

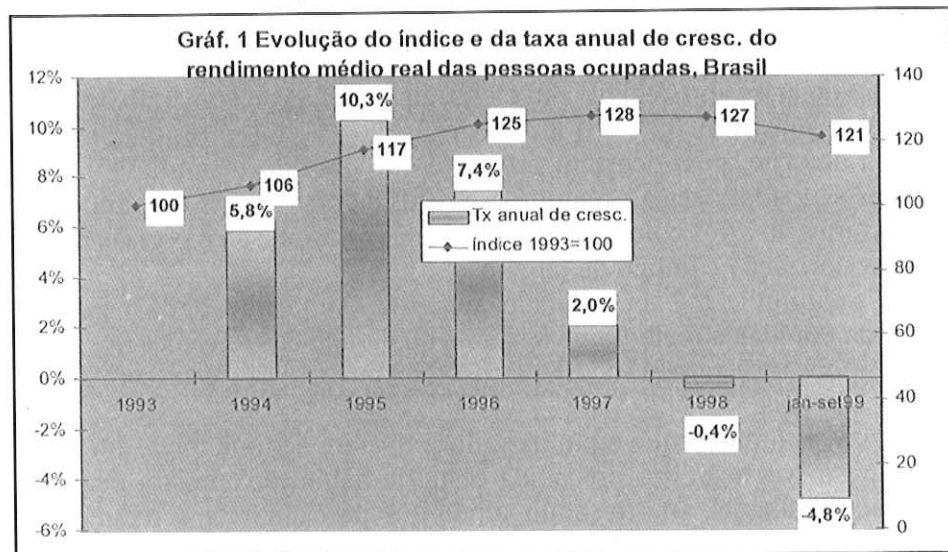
O gráfico 1 mostra a evolução do índice e da taxa de variação do rendimento médio real das pessoas ocupadas no Brasil. Note-se que:

1. em relação a 1993, o índice do rendimento de 1999 (jan-set) é 21% superior;
2. porém, a taxa de crescimento desse índice perde fôlego em 1997 e cai, cada vez mais, a partir de 1998.

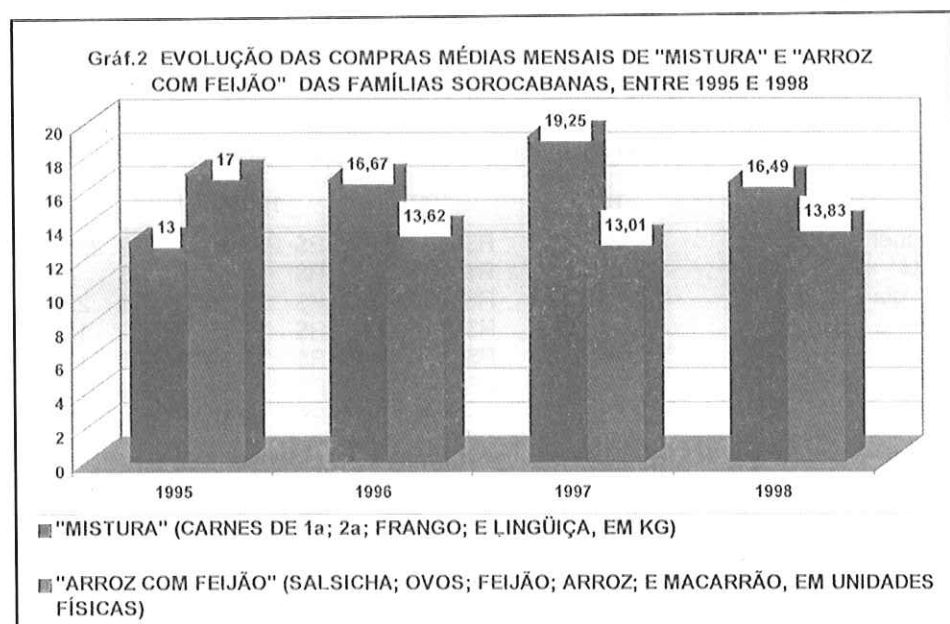
As refeições sorocabanas

Para facilitar a exposição dos resultados, tomaremos como referência do consumo de alimentos as compras de itens frequentemente consumidos na refeição do almoço, classificados como bens superiores e inferiores. De modo geral, as carnes ou, popularmente, a "mistura", são consideradas como os alimentos superiores na refeição do almoço, particularmente a carne de 1ª. e a lingüiça fresca, enquanto os demais alimentos, denominados o "arroz com feijão", como a salsicha, ovos, feijão, arroz e macarrão, são considerados inferiores.

Pois bem, acompanhando a evolução do rendimento do brasileiro, os resultados apontados pela pesquisa sobre "cesta básica", até 1997, mostram claramente aumento no consumo de "mistura" e redução de "arroz com feijão". O consumo médio mensal familiar de "mistura", que foi de 13 kg., em 1995, passou para 16,67 kg., em 1996 e para 19,25 kg., em 1997. Quer dizer que, entre 1995 e 1997, houve um aumento nada menos de 48%! Por outro lado, o consumo de "arroz com feijão" caiu 23% no mesmo período. O gráfico 2 evidencia que, em 1998, esse quadro se inverte: cai o consumo da "mistura" (14% com relação a 1997) e aumenta o de "arroz com feijão" (6%).



Fonte: Banco Central do Brasil. Boletim do Banco Central do Brasil. Brasília: BCB.



Fonte: Núcleo de Pesquisa do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade de Sorocaba.

Em 1999, porém, o consumo sorocabano de alimentos volta a melhorar. O gráfico 3 mostra que houve recuperação do consumo da mistura e também do arroz com feijão. Com efeito, com relação ao consumo de 1998, a mistura aumentou 13% e o arroz com feijão 4%. Esses resultados chamam a atenção, pois ocorrem precisamente quando o rendimento das pessoas ocupadas decaía e quando os preços da maior parte dos alimentos da mistura e do arroz com feijão ainda se encontravam sob a pressão altista da desvalorização cambial de janeiro.

Essa contradição é, na realidade, aparente. Com efeito, dada a redução na renda familiar, a melhora de fartura e qualidade das refeições dos sorocabanos, em 1999, poderia ocorrer a custos da redução de gastos com outros bens e serviços.

Assim, as famílias que eram inquilinas tiveram alguma folga, em 1999. A pesquisa "variação dos preços da cesta de habitação" mostra pequena redução do aluguel, amortecendo, ainda que parcialmente, a redução do poder de compra do sorocabano, na condição de inquilino. O aluguel médio que era de R\$ 228 reais, em 1998 cai para R\$ 220 reais, em 1999 (ver tabela 1). Se levarmos em contas os demais componentes da cesta de habitação (IPTU, energia elétrica, água e esgoto, telefone e gás), a redução do custo é bastante modesta (de R\$ 307,80 para R\$ 300,50 reais). De qualquer forma, para o sorocabano na condição de inquilino, os dados mostram que, na média, não houve alta do preço da moradia urbana, em 1999.

TABELA 1. Evolução anual do custo da cesta de habitação sorocabana, 1996-1999.

	1996	1997	1998	1999
Aluguel	R\$ 209,43	R\$ 241,08	R\$ 228,69	R\$ 220,58
IPTU	R\$ 7,54	R\$ 7,85	R\$ 8,52	R\$ 6,92
Energia Elétrica	R\$ 20,89	R\$ 24,92	R\$ 29,38	R\$ 25,96
Água e Esgoto	R\$ 15,94	R\$ 16,81	R\$ 18,53	R\$ 18,34
Telefone	R\$ 5,11	R\$ 8,47	R\$ 15,57	R\$ 12,56
Botijão de Gás	R\$ 7,95	R\$ 7,51	R\$ 7,12	R\$ 16,13
Total	R\$ 266,9	R\$ 306,6	R\$ 307,8	R\$ 300,5

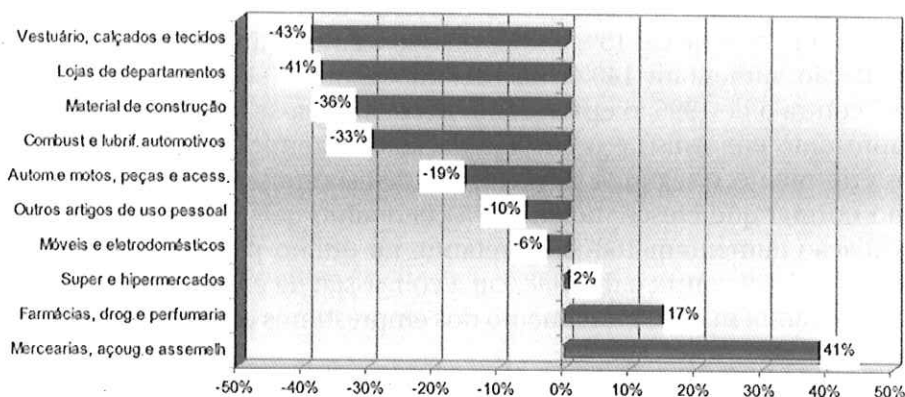
Fonte: Núcleo de Pesquisa do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade de Sorocaba

Observar os demais gastos é mais difícil, pois inexistem dados relativos às despesas desagregadas das famílias sorocabanas². Todavia, ainda que

2. Apenas as pesquisas de orçamento familiar (POF), utilizadas pelos órgãos públicos e privados, e que mensuram a inflação, contêm essas informações. Contudo, referem-se a

indiretamente, é possível constatar mudança dos gastos familiares, analisando os dados de faturamento do comércio varejista, que consome a maior parte do gasto familiar. Note-se, no gráfico 3, que no segundo trimestre de 1999, período de coleta de 90% das informações das pesquisas do Núcleo de Pesquisa do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade de Sorocaba, o faturamento do comércio varejista carioca aumentou apenas nos supermercados e hipermercados (2%), farmácias, drogarias e perfumarias (17%) e mercearias, açougues e assemelhados (41%). Trata-se de bens não apenas considerados, na sua maior parte, básicos como de menor valor unitário, e que normalmente não envolvem crédito. Inversamente, os setores varejistas que comercializam bens de maior valor unitário, que geralmente implicam financiamento e são mais sofisticados, tiveram redução no faturamento.

Gráf. 3 Variação % do faturamento real do comércio varejista no RJ, por atividade (2º tri. 99/2º tri. 98)



Fonte: IBGE. Faturamento real do comércio varejista. www.sidra.ibge.gov.br.

algumas regiões metropolitanas, a períodos distintos e abrangem famílias com diferentes níveis de renda. Assim, por exemplo, a última POF da Fundação Getúlio Vargas, que serve de base para calcular o IGP-DI, IGP-M e IGP-10, foi realizada em períodos trimestrais (setembro e dezembro de 1997 e março e junho de 1998), para famílias com nível de rendimento entre 1 e 33 salários mínimos, residentes nas áreas urbanas do Rio de Janeiro e São Paulo. Ver *Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro, FGV, v. 53, n. 2, fev. 1999, p. 36-40.

Esse aumento de faturamento nos supermercados e hipermercados; nas farmácias, drogarias, perfumarias e nas mercearias, açougues e assemelhados não se verifica, igualmente, nas outras regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE (Salvador e Recife). Entretanto, nas três regiões metropolitanas pesquisadas, nota-se redução do faturamento no comércio no que se refere a bens que mais diretamente envolvem crediário: móveis e eletrodomésticos; automóveis, motos, peças e acessórios; lojas de departamentos; e material de construção (com exceção de Recife onde o faturamento com construção aumentou 1%).

A redução do consumo de bens financiados sugere que as famílias optaram por evitar dívidas. O gráfico 4 mostra a variação percentual dos empréstimos concedidos pelo sistema financeiro nacional à pessoas físicas no segundo trimestre de cada ano, classificados em normais, em atraso e em liquidação³. Repare-se que os empréstimos normais, os empréstimos em atraso e os empréstimos em liquidação relacionam-se em sentido inverso, comparativamente ao período anterior, quando o normal seria o aumento do empréstimo em atraso e do empréstimo em liquidação diminui e vice-versa. Assim, o segundo trimestre de 1996 contra o de 1995, o empréstimo normal cai 15% enquanto que o empréstimo em atraso e o em liquidação aumentam 140%; no período seguinte, segundo trimestre de 1997 contra o de 1996, o empréstimo normal eleva-se 98%, ao passo que o empréstimo em atraso e o em liquidação reduzem o crescimento (67%); posteriormente, o segundo trimestre de 1998 contra o de 1997, é o empréstimo normal que cresce menos (25%) enquanto que o em atraso e o em liquidação aumentam 168%. Entretanto, no último período, segundo trimestre de 1999 contra o de 1998, cai a concessão de empréstimos normais em 2% e também cai o crescimento dos empréstimos em atraso e em liquidação (24%).

Isso significa que uma parte das famílias, aparentemente expressiva, optou por evitar novas dívidas e saldar outras vencidas, isto é, por não comprometer a renda futura. Todavia, os recursos não parecem ter saído de poupança. Com efeito, considerando a caderneta de poupança como principal aplicação das camadas inferior e média dos assalariados, nota-se, na tabela 2, que no segundo trimestre de 1999, a captação líquida negativa foi maior do que

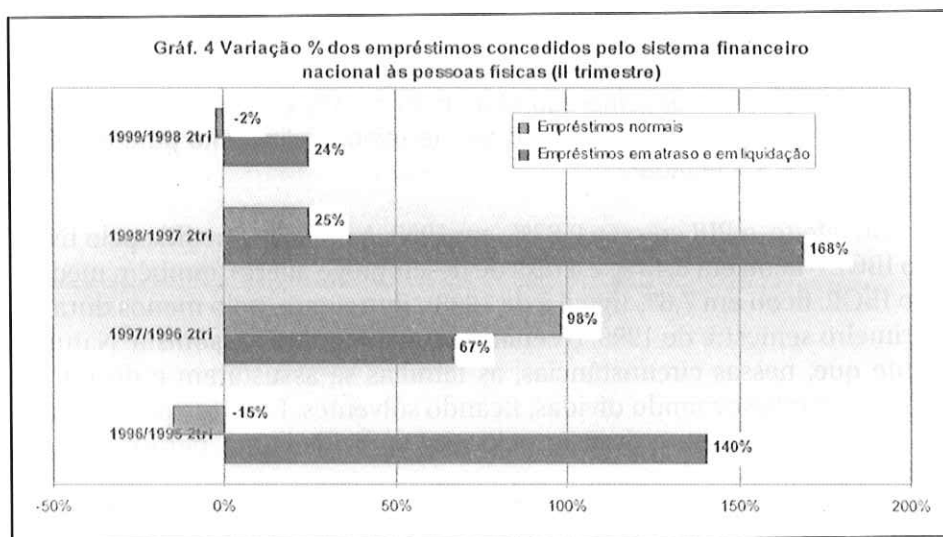
3. Segundo o Banco Central, consideram-se créditos em atraso, as operações vencidas há mais de 60 dias e reclassificadas pelo valor atualizado. Os créditos em liquidação são as operações vencidas há mais de 60 dias, com garantias consideradas insuficientes e, há mais de 360 dias, com garantias suficientes (Resolução nº. 1.748, de 30 de agosto de 1990).

no mesmo trimestre de 1998, embora em relação ao saldo total médio de depósitos foi insignificante (0,8%, no segundo trimestre de 1999)

TABELA 2. Saldo médio e captação líquida da caderneta de poupança no segundo trimestre de 1998 e 1999, Brasil (em milhões de reais).

	2tri 1998	2tri 1999
saldo médio	R\$ 97 791	R\$ 111 966
captação líquida média	- R\$ 378	- R\$ 891
captação líquida/saldo	-0,4%	-0,8%

Fonte: Banco Central do Brasil. Boletim do Banco Central do Brasil. Brasília: BCB, vol. 36 (1), jan. 2000.



Fonte: Banco Central do Brasil. Boletim do Banco Central do Brasil. Brasília: BCB, vol. 36 (1), jan. 2000.

A decisão, por outro lado, em não comprometer renda futura, parece originar-se da brusca mudança macroeconômica que houve no início de 1999. Quando o câmbio foi desvalorizado (cerca de 60%) e os juros novamente elevados⁴, criou-se um clima de aguda incerteza quanto à manutenção do

4. A taxa anual Over/Selic passou de 31,19%, em janeiro de 1999, para 38,97%, em fevereiro, 43,25%, em março e, a partir daí, cai. Porém, no segundo trimestre do mesmo ano, ainda estava mais elevada do que no mesmo período de 1998 (na média, 5,5%).

emprego e às perspectivas de renda futura que a mídia ajudou a divulgar. Na época, as perspectivas eram de aguda recessão e “retorno” da inflação. Repare-se, por exemplo, nas estimativas do PIB de alguns bancos: “O JP Morgan já reajustou para 5,5% a sua estimativa de queda do PIB, o Lloyds entre menos 3% e 4%, o Salomon Brother divulgou, ontem, sua previsão de menos 6% e o City, até ontem, estimava em menos 5,5%. ‘O Brasil vai sofrer mais com o crescimento do que com a inflação’, afirma o JP Morgan”⁵.

Em recente entrevista à revista *Conjuntura Econômica*, o ministro Pedro Malan confirma o cenário pessimista que vigorava na época:

Sem dúvida, um dos períodos mais difíceis que nós enfrentamos foram os dois primeiros meses de 1999. Você há de lembrar que as projeções feitas nessa ocasião sobre, por exemplo, as perspectivas para o Produto Interno Bruto para o ano, variavam de -4 a -7 pontos percentuais. As expectativas de inflação eram de 40% a 70% e vi projeções de desemprego chegando a 11% e 12% em meados de 1999. E não foi assim que o ano terminou, felizmente para o país e para a sociedade⁶.

Com efeito, o PIB cresceu 0,82%, em 1999. A inflação, medida pelo INPC – do IBGE – ficou em 8,43%; e a taxa de desemprego aberto, também medida pelo IBGE, ficou em 7,6% (igual à de 1998). Entretanto, pelo menos durante o primeiro semestre de 1999, o cenário era claramente pessimista. Naturalmente que, nessas circunstâncias, as famílias se assustaram e decidiram enfrentar a crise evitando dívidas, ficando solventes. Diversas pesquisas de opinião sugerem que a decisão pelo não endividamento perdurou até o final de 1999.

A avaliação do endividamento também parece estar determinando o consumo futuro do sorocabano. Com efeito, é bastante clara a intenção do sorocabano em não comprometer renda futura com novas dívidas: 74% não pretendem realizar dívida este ano e, lembremos, 36% pretende pagar dívidas. Isto não apenas em função das expectativas pessimistas sobre juros e emprego, mas também por que a maioria ainda encontra-se endividada (55%)⁷.

5. Contradições do governo agravam a desconfiança. O Estado de S. Paulo, 29 de jan. de 1.999. Disponível em <http://www.estado.com.br/edicao/pano99/01/27/eco775html>. Arquivo recuperado em 03 e março de 2.000.

6. *Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro FGV, v. 54, nº. 2, fev. de 2.000, p. 17-22.

7. Manuel A. M. Payés, O sorocabano aprende a gastar. *Jornal Idéias & Negócios*, Sorocaba, 5 a 11 de dez. de 1999.

Conclusões

Os dados disponíveis apontam que a fartura e a qualidade das refeições sorocabanas acompanharam a evolução da renda real do brasileiro. Melhoraram, entre 1995 e 1997, enquanto a renda real elevou-se, e pioraram, em 1998, quando a renda inicia trajetória descendente. Porém, em 1999, a despeito da redução da renda, houve clara melhora.

Esse resultado, aparentemente contraditório, foi uma decisão decorrente do susto e preocupação pela qual as famílias passaram, após a desvalorização cambial. O quadro macro desenhado na época era claramente pessimista (em termos de emprego, renda, juros, etc.) e a mídia teve papel fundamental na massificação desse cenário que apenas refletia a opinião dominante no mercado.

Nesse cenário, as expectativas quanto à renda que a família aguarda ou espera receber amanhã eram também pessimistas. Daí a decisão de se evitar dívidas, isto é, de não comprometer a renda futura, o que, por outro lado, permitiu liberar recursos para melhorar a fartura e qualidade das refeições dos sorocabanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. DILLARD, D. *A teoria econômica de Keynes*. São Paulo: Pioneira, 1964.
2. FERGUSON, C. E. *Teoria microeconômica*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983.
3. GENÉREUX, J. *Introdução à política econômica*. São Paulo: Loyola, 1995.
4. GIAMBIAGI, Fábio, MOREIRA, Maurício M. (orgs.). *A Economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro: BNDS, 1999.
5. IPEA/CEPAL. *O Plano Real e outras experiências internacionais de estabilização*. Brasília: IPEA/CEPAL, 1997.
6. MERCADANTE, Aloizio (org.). *O Brasil pós-Real*. Campinas: Unicamp, 1998.
7. PAYÊS, Manuel A. M. Estabilização de preços e padrão de vida básico do sorocabano. *Revista de Estudos Universitários*. Sorocaba, vol. 23, n. 1, jun. 1997.
8. ———, Consumo, renda e investimento no Real. *Revista de Estudos Universitários*. Sorocaba, vol. 24, n. 2, dez. 1998.

9. _____, Perspectivas da desvalorização cambial. **Jornal Idéias & Negócios**, Sorocaba, 11 abr. 1999.
10. _____, O sorocabano aprende a gastar. **Jornal Idéias & Negócios**, Sorocaba, 5 a 11 dez. 1999.
11. PINDYCK, R. S. & RUBINFELD, D. L. **Microeconomia**. São Paulo: Makron, 1994.
12. SIMONSEN, M. H. & CYSNE, R. P. **Macroeconomia**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996.